



Assembleia de Freguesia Azurém – Guimarães

Sessão extraordinária

Ata número dois

---Ao vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniram-se os elementos constituintes da Junta de Freguesia de Azurém e os elementos efetivos desta Assembleia de Freguesia, no salão Nobre do edifício da Junta de Freguesia de Azurém, Município de Guimarães, sito na rua de São Pedro, número trezentos e dezasseis, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

---Primeiro ponto: leitura e aprovação da ata da sessão anterior; -----

---Segundo ponto: discussão e aprovação do contrato de execução a celebrar com a Câmara Municipal de Guimarães, no âmbito da delegação de poderes, para vigilância no Complemento de Apoio à Família; -----

---Terceiro ponto: discussão e aprovação do protocolo a celebrar com a Fraterna; -----

---Quarto ponto: discussão e votação da primeira revisão orçamental para o ano de dois mil e catorze. -----

---O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão extraordinária e agradeceu a comparência de todos. -----

---Antes de iniciar a ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia explicou que a convocatória dirigida a todos os eleitos data de sexta-feira da semana anterior, foi feita em contrarrelógio no dia seguinte a terem recebido indicações para poderem submeter os assuntos à apreciação. Mencionou que as questões de urgência que lhes foram dadas a conhecer prendem-se com competências que devem ser delegadas para efetuar pagamentos aos colaboradores que prestarão serviços nas escolas, já no próximo dia vinte e um. Também sublinhou que tendo por certo que no dia em que dirigiu as cartas, provavelmente alguns dos eleitos receberam bem mais tarde do que aquilo que deveriam ter recebido. Isto, porque esperaram até ao último dia até que lhes fossem disponibilizados por parte do Município as minutas que foram enviadas por *e-mail* só na sexta-feira passada. -----

---Também realçou que tendo por base que as Assembleias dependem de requisitos formais, mas uma vez que os treze elementos estiveram todos presentes e sabendo que a Assembleia, atentos os casos de manifesta urgência, pode reunir ainda que seja em prejuízo dos prazos estabelecidos no Regimento aprovado na sessão ordinária anterior, solicitou a autorização dos eleitos para prosseguir com a sessão extraordinária. -----

--- Posto isto, os treze eleitos autorizaram prosseguir com a sessão extraordinária. -----

---Quanto ao primeiro ponto, a Primeira Secretária procedeu à leitura da ata da sessão anterior e sublinhou que alterou o antepenúltimo parágrafo da página três, as placas ainda não estão colocadas, o executivo ainda estava à espera da resposta da entidade responsável. No primeiro parágrafo da página cinco, no âmbito da iluminação pública há uma preocupação por parte do Município que a freguesia seja contemplada com a ligação de todos os postes de luz. -----

--- De seguida, a ata foi posta à votação. -----

--- **O primeiro ponto foi aprovado por unanimidade.** -----



----O senhor Presidente do executivo explicou que há um protocolo com uma maior verba (trinta e um mil e trezentos e setenta e um euros) que diz respeito ao Jardim de Infância da Quintã, que divide-se por onze meses. Também estão apresentadas outras verbas separadas: quatrocentos e cinquenta euros mensais estão estipulados para o Primeiro Ciclo da escola da Quintã, os quinhentos e cinquenta euros mensais estão estipulados para o Primeiro Ciclo da escola da Pegada e os quatrocentos e cinquenta vão para a escola de Monte Largo. -----

----Depois da explicação, o senhor Paulo Miguel Peixoto perguntou se o presidente do executivo tem ideia de quantas pessoas estão envolvidas neste processo. Na sua opinião, torna-se muito difícil analisar os documentos com números tão sintéticos, considerou que não consegue tirar dali nenhuma extrapolação. -----

----Também ressaltou que a postura deles é completamente igual àquela que demonstraram e definiram na última assembleia. Por isso, referiu que vê com preocupação as palavras proferidas pelo senhor presidente do executivo. Já na última assembleia, o senhor Presidente demonstrou uma postura indefinida quando se falou na distribuição de subsídios aos grupos desportivos. Compreendeu que o executivo não quer criar equívocos, mas em algum momento não se agrada nem Gregos nem a Troianos. Acha que a Freguesia precisa que se opte pela eficiência. Entendeu o facto de o executivo querer fazer uma reavaliação ao trabalho da Fraterna, contudo na altura de celebrar um protocolo com uma entidade com a ideia que podem fazer melhor do que a outra instituição, achou que não se deveria desperdiçar essa oportunidade. -----

----O senhor Presidente do executivo constatou que não afirmou que o executivo fazia melhor, disse que iriam analisar para ver se era possível fazer melhor. Referiu que tiveram em consideração o facto de os salários terem de ser pagos até ao final do mês. Acharam melhor nesta altura não substituírem colaboradores, porque certamente iria causar um clima de descontentamento para as escolas e para as crianças. Por isso, achamos que deveríamos esperar pelo final do ano letivo para decidirem qual é a melhor solução para a Junta de Freguesia. -----

----Relativamente à questão do impacto no orçamento para a Junta de Freguesia, o senhor Presidente do executivo afirmou que é zero, porque as verbas que entram, de imediato saem.----

----Clarificado o segundo ponto, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação. -----

---- **Quatro abstenções (Coligação Juntos por Guimarães) e duas abstenções (Coligação Democrática Unitária). Aprovado por maioria.** -----

----Relativamente ao terceiro ponto, o Presidente do executivo informou que vai celebrar um protocolo com a Fraterna, para assegurar a prestação de serviços até trinta e um de julho de dois mil e catorze. Dado que já existe um protocolo entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna, a Junta considerou adequado celebrá-lo nos mesmos termos no período acima referido, para não afetar o funcionamento das escolas. -----

----Posto isto, o Presidente da Assembleia colocou à votação o terceiro ponto. -----

---- **Quatro abstenções (Coligação Juntos por Guimarães) e duas abstenções (Coligação Democrática Unitária). Aprovado por maioria.** -----

----No que toca ao quarto ponto, o Presidente da Junta explicou que esta revisão orçamental deve-se ao facto de estas verbas resultantes da atribuição das novas competências não estarem inicialmente contempladas no orçamento. -----

----Para finalizar, o Presidente da Assembleia procedeu à votação do quarto ponto. -----

---- **Quatro abstenções (Coligação Juntos por Guimarães) e duas abstenções (Coligação Democrática Unitária). Aprovado por maioria.** -----

----Terminados os pontos da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia mencionou que uma vez que se reuniram em sessão extraordinária, não deu o período anterior ao da ordem



---Relativamente ao protocolo número dois (terceiro ponto da ordem de trabalhos) perguntou as razões que levam o executivo a escolher a Fraternal. Na sua opinião tem que existir o mínimo de transparência e de isenção na celebração deste tipo de protocolos. -----

---Na análise do segundo ponto denotou que há uma transferência de responsabilidades nítidas do ponto de vista financeiro da autarquia para a Junta de Freguesia. Por isso, analisando a cláusula dois de cada um dos protocolos, os valores das verbas anuais vêm em branco. O senhor Presidente da Assembleia já fez referência a isso, que não é por haver mais tempo ou menos que se perceberia qual é o valor e o impacto que está subjacente. Então, perguntou se havendo atrasos por parte da Autarquia, a Junta de Freguesia responsabilizar-se-á por estas obrigações. Perguntou que impacto isto irá ter em termos de tesouraria, na gestão da Junta de Freguesia, o facto de haver um atraso por parte do Município. Se for muito dinheiro, perguntou se a Junta de Freguesia terá estofos para suportar esta questão.-----

---Por último perguntou se as pessoas que vão exercer estas funções são as que estão ao serviço desde o início do ano letivo. Provavelmente existem contratos que foram celebrados pela Câmara Municipal de Guimarães e, por isso, perguntou como será feita a transferência de direitos e obrigações. Também gostaria de saber quais são os critérios adotados na seleção destas pessoas. Ressalvou que o executivo poderia selecionar, por exemplo, colaboradores ao abrigo do Programa de inserção do Centro de Emprego, onde há apoios diretos. -----

---O senhor Presidente da Junta de Freguesia, relativamente à questão colocado pelo senhor Gomes, referiu que as verbas são unicamente para pagar às senhoras Tarefeiras, não há verbas para pagar almoços. A Câmara Municipal de Guimarães por si só já efetua esses pagamentos. ---

--- Quanto às questões colocadas pelo senhor Paulo Miguel Peixoto, o Presidente do executivo começou por dizer que acharam mais correto celebrar o contrato com a Fraternal por uma questão de continuidade. Esta entidade continuaria a gerir os respetivos pagamentos até ao final do ano letivo. Sublinhou que nesta fase não pretendem criar equívocos com ninguém, porque são hábitos que já estão enraizados, contudo no final do ano letivo o executivo preocupar-se-á em analisar devidamente esta questão, para ver se conseguem uma opção melhor para as nossas escolas. -----

---Também explicou que a gestão dos recursos humanos e dos respetivos contratos está ao encargo da Fraternal, e, o executivo não tem muitas informações para explicar ao pormenor. ----

---Para terminar, afirmou que os valores das verbas estão no respetivo orçamento e nas respetivas rubricas constam os valores que irão ser transferidos para a Junta de Freguesia. -----

---De seguida, o senhor Gomes perguntou se a transferência refere-se unicamente aos pagamentos do pessoal da Fraternal. Também questionou se os serviços efetuados nos Agrupamentos Santos Simões e Francisco de Holanda vão ser assegurados pelos colaboradores da Fraternal. Por último, perguntou se a Escola de Monte Largo fica sobre a alçada do Agrupamento Santos Simões. -----

---Colocadas as questões, o senhor Presidente do executivo mencionou que antigamente a Câmara Municipal de Guimarães transferia essas verbas para a gestão da Fraternal, com a nova lei essa competência passou para a Junta de Freguesia de Azurém. -----

---Também realçou que as verbas estipuladas para a escola de Monte Largo vão ser geridas pelo executivo da Junta de Freguesia. -----

---O senhor Paulo Miguel Peixoto pediu que o Presidente do executivo respondesse acerca de o impacto que isto terá nas contas da Freguesia.-----

---Salientou que viu no orçamento o valor de quarenta e sete mil e trezentos e vinte e um euros, o que não sabe é o valor correspondente a cada um. -----



---- Antes de prosseguir para o segundo ponto, o senhor Presidente da Assembleia sugeriu que a ata desta Assembleia fosse no final da sessão aprovada por minuta, dado ser necessário entrar de imediato em vigor as deliberações tomadas na sessão extraordinária. Se assim for, o senhor Presidente propôs, uma vez que as atas em minuta só conterão as deliberações, que a secretária redigisse e lesse no final ou se os eleitos entendessem que seria maçador ou uma perda de tempo, amanhã enviar-lhes-ia a ata em minuta. Apresentadas as duas soluções perguntou se alguém vota a favor aprovar a ata em minuta no final da sessão. -----

----**Todos os eleitos aprovaram que a ata em minuta fosse lida e aprovada.** -----

----No que concerne o segundo ponto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azurém explicou que com a entrada em vigor da lei nº 75/2013 de doze de setembro foram atribuídas novas competências às Juntas de Freguesias, nomeadamente, alimentação e gestão em refeitórios escolares e desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação Pré-escolar e Primeiro ciclo. Por conseguinte, o executivo terá que celebrar os respetivos contratos de execução com a Câmara Municipal de Guimarães.-----

----O senhor Presidente da Assembleia sugeriu, uma vez que os pontos apesar de serem distintos entroncam-se na mesma problemática, que o Presidente do executivo enunciasse tudo aquilo que diz respeito ao segundo ponto ainda que embarque a matéria relacionada com o protocolo a celebrar com Fraternal. De maneira a que todos possam perceber o que está em causa.-----

----O senhor Presidente do executivo explicou que antes de sair esta nova lei, a Câmara Municipal de Guimarães geria as escolas da Quintã e da Pegada. A escola da Pegada e da Quintã estava a ser gerida pela Fraternal (a Câmara celebrou um protocolo com a Fraternal). A escola de Monte Largo estava a ser gerida pelo Agrupamento Santos Simões. Com esta nova lei estas competências passaram para as Juntas de Freguesia. O executivo vai continuar a celebrar o protocolo com a Fraternal até ao final do presente ano letivo, de forma a dar continuidade, visto que estão a um terço do ano letivo. Relativamente à escola de Monte Largo o executivo achou conveniente ser eles a gerirem o pagamento das Tarefeiras. -----

----Terminada a explanação, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos senhores eleitos e salientou que poderiam colocar questões sobre o terceiro ponto, uma vez que julga que esta problemática só consegue ser explicada de forma conjunta. -----

----O senhor Gomes (Coligação Democrática Unitária) começou a sua intervenção por dizer que pretende ter esclarecimentos acerca de duas coisas. Referiu que tem alguma dificuldade em perceber o número três da cláusula dois. Considerou que a utilização da palavra “necessário” estava a mais, não se vai dividir um pão por dois alunos, têm que dar e pagar dois pães. Também, afirmou que embora a minuta contemple tudo aquilo que é necessário rever, no que diz respeito às refeições o protocolo não contém muita informação. -----

----Quanto ao outro protocolo, mencionou que não conhece o despacho designado no número um da cláusula dois. Na cláusula três preocupa-lhe o facto de não estar consagrado a vinculação das pessoas e a natureza dos pagamentos para estes recursos humanos. Salientou que talvez seja trabalho precário. -----

----O senhor Paulo Miguel Peixoto (Coligação Juntos por Guimarães) mencionou que tinha algumas questões para colocar relativamente a estes pontos. Desde logo, sublinhou que percebe a urgência da Assembleia para ratificar estas questões, para que no dia vinte e um sejam pagas as obrigações. Considerou que é muito difícil emitir qualquer tipo de opinião a partir da análise dos dois documentos, porque a urgência não pode ser motivo para sentirem-se obrigados a decidir, já que os documentos estão sustentados de pouca informação. -----



de trabalhos, e, também não era sessão para dar trinta minutos ao público para fazer as suas intervenções. No entanto, e, apesar das regras processuais concedeu a palavra ao senhor Paulo Miguel Peixoto e ao senhor Gomes. -----

----O senhor Paulo Miguel Peixoto aproveitou esta sessão extraordinária para fazer publicamente um agradecimento pessoal a todos os membros da Assembleia. -----

----O senhor Gomes gostaria que o senhor Presidente do executivo resolvesse a questão da Quintã, designadamente aqueles acessos ao ribeiro e às escadas do Prédio do Marquês, não têm corrimão e as pessoas sentem algumas dificuldades. -----

----Encerrados os assuntos, a senhora Primeira Secretária procedeu à leitura da ata em minuta e o senhor Presidente da Assembleia submeteu-a à aprovação. -----

----**A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.** -----

----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Azurém deu por encerrada a sessão, lavrada a respetiva ata que eu, Eva Liliana de Carvalho Ribeiro, na qualidade de Primeira Secretária da mesa da Assembleia a subscrevo e assino, bem como o senhor Presidente desta Assembleia, Miguel Ângelo Machado Mendes. -----

O Presidente da Assembleia, _____

A Primeira Secretária, _____

